

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) é um serviço público que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho em todo o território continental através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os setores de atividade públicos ou privados.

Têm chegado ao Bloco de Esquerda diversas indicações dando conta de atropelos aos direitos laborais das/os trabalhadoras/es das farmácias, como sejam a prática de horários de trabalho com desrespeito pelos limites legais ou o não pagamento de trabalho suplementar.

Por outro lado, segundo denúncias que nos chegam há trabalhadores a desempenhar funções que extravasam amplamente os seus conteúdos funcionais, sem prejuízo do *ius variandi* que, dentro de determinados limites, o Código do Trabalho reconhece.

Estas situações são inadmissíveis à luz da legislação laboral vigente. Importa assim compreender que ações inspetivas têm vindo a ser realizadas e quais as suas consequências por forma a garantir a reposição de legalidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. A Autoridade para as Condições de Trabalho realizou ações inspetivas em farmácias em 2015, 2016 e nos meses entretanto decorridos de 2017? Qual o resultado dessas ações? Qual o número e relativamente a que matérias de contraordenações laborais aplicadas às farmácias neste período?
3. Verificaram-se falhas no dever de entrega dos descontos das/os trabalhadoras/es à segurança Social e às Finanças?
4. Que medidas irá a tutela tomar com vista a garantir o cumprimento da legislação laboral nas

farmácias?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2017

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)

JORGE FALCATO SIMÕES(BE)